



XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR

Maio de 2011

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

REFERÊNCIAS TEÓRICAS E URBANÍSTICAS DO PLANO INICIAL DE MARINGÁ, PR:
APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS

Fabíola Castelo de Souza Cordovil (Universidade Estadual de Maringá) - fabiolacordovil@gmail.com

Arquiteta e urbanista, professora do curso de arquitetura e urbanismo da Universidade Estadual de Maringá. Doutora pela EESC/USP.

Introdução

Tratamos das aproximações e distanciamentos observados entre o plano de Maringá e as concepções teóricas de determinados urbanistas que foram as referências do engenheiro paulistano Jorge de Macedo Vieira em diversos projetos. Muitas delas foram encontradas no acervo de sua biblioteca particular, seja em livros internacionais ou em artigos de revistas nacionais. Outras se tornam evidentes pela proximidade da concepção, apesar de algumas não terem sido encontradas no acervo de Vieira.

Autores já identificaram as ressonâncias de teorias e práticas da vanguarda da urbanística moderna vigente na Europa e na América no plano elaborado por Vieira (ANDRADE, 1998; STEINKE, 2002; REGO, 2001; BONFATO, 2008; ANDRADE e CORDOVIL, 2008a e 2008b). Investigamos diversas referências, entre elas aproximações até então não analisadas. Mais comumente encontramos estudos que analisam o plano de Maringá à luz do ideário da cidade-jardim e das teorias de Raymond Unwin, Clarence Perry e Clarence Stein. Ainda assim, evidenciamos a forma da cidade proposta com tais ideários no intuito de complementar a abordagem. Também estabelecemos relações com fontes e referências pouco discutidas nos estudos sobre o plano de Maringá, tais como as recomendações de Camillo Sitte, Saturnino de Brito, Werner Hegemann, Nelson Lewis, Jean Claude Nicolas Forestier e Frederick Law Olmsted. Consideramos ainda algumas características do plano de Goiânia, especialmente a proposta de centro administrativo feita por Atílio Corrêa Lima. Abordamos determinadas ressonâncias das recomendações dos urbanistas mencionados em relação ao plano de Vieira, de acordo com as situações que nos pareceram mais evidentes, considerando os limites deste trabalho. Elegemos, para nosso estudo, a análise da cidade e a importância da escolha do sítio, bem como a opção pelo traçado regular ou irregular que o projetista deve considerar ao elaborar cidades ou subúrbios. As áreas verdes e os parques também foram analisados de acordo com as propostas dos urbanistas elencados. Mostramos como se deu a concepção do anel externo da cidade e a efetivação da ocupação nos anos 1960.

Explicamos a ideia da unidade de vizinhança concebida por Perry e Stein e o modo como foi incorporada ao plano para Maringá, através do seu centro principal e dos secundários, enfatizando a configuração do centro cívico, de acordo com o que preconizou Hegemann.

A análise da cidade e a importância do sítio

Ebenezer Howard, em seu livro *To-morrow: a peaceful path to realm reform*, publicado em 1898, enfatiza o aspecto reformista de sua proposta de cidade-jardim. Embora haja a dimensão urbanística, preocupa-se mais com o processo social do que propriamente com a forma física de sua proposta. Porém, para Peter Hall (2002), Raymond Unwin e Barry Parker

desempenharam importante papel no que se referem às configurações urbanísticas e arquitetônicas a partir das teorias de Howard.

Em *Town planning in practice*, Unwin (1909) aprofunda a defesa da adequação do traçado às características do sítio com uma contundente argumentação, colocando os motivos e indicando sugestões de método para que se proceda à análise do sítio onde se planejará a cidade. Deve-se estar atento aos perigos da planificação urbana, segundo Unwin, para que a individualidade não sucumba a esquemas similares.

Ao compreender a sua explanação, ficam evidentes as influências na concepção do plano inicial de Maringá e, conseqüentemente, a forte vinculação de Jorge Macedo Vieira às teorias da cidade-jardim e à visão pragmática de Unwin exposta em seu manual, além de outras influências, como veremos adiante.

Obviamente, Vieira despreza o princípio de que a cidade deveria estar nas mãos de uma autoridade pública representativa, conforme recomenda Howard, e se submete às diversas encomendas feitas por investidores individuais, especuladores ou proprietários. No entanto, considera vários aspectos da obra de Unwin, que defende o estudo bastante completo das condições locais em qualquer trabalho de desenvolvimento urbano.

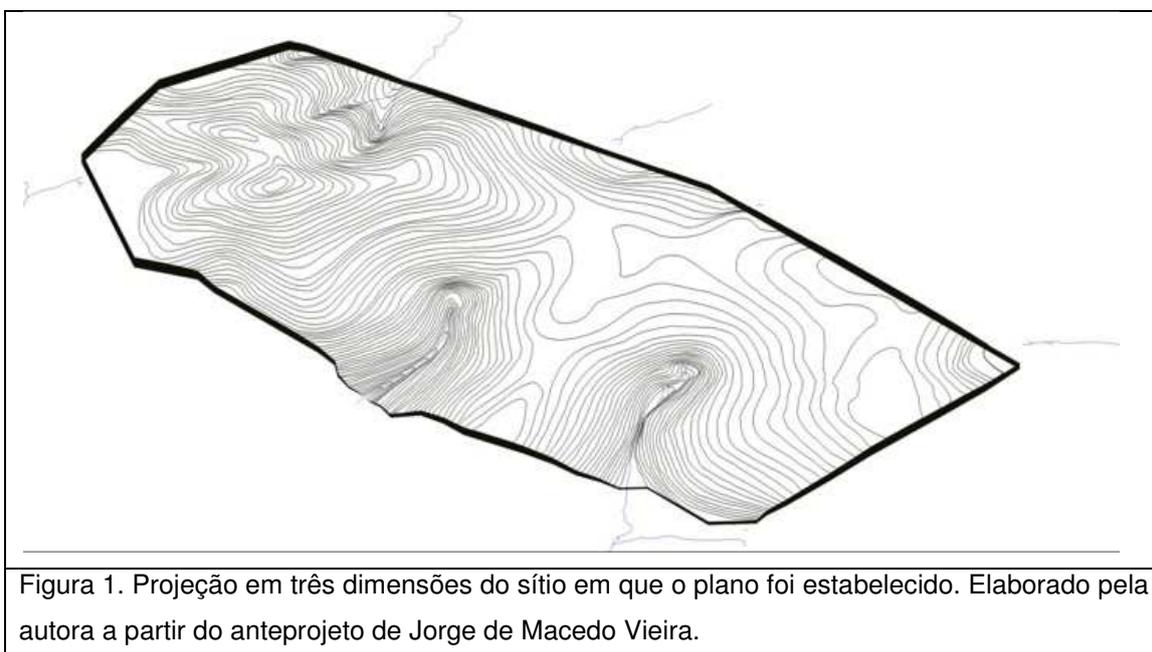
Unwin (1909) recomenda que se deva conceder às características e peculiaridades locais uma atenção especial, mantendo a sua individualidade econômica, histórica e artística a partir da compreensão das suas necessidades e recursos tanto humanos quanto ambientais. A partir desse entendimento, o urbanista deve dispor de todos os planos necessários, incluindo a análise de todas as árvores existentes dignas de serem conservadas e do plano topográfico com curvas de nível a cada metro. O terreno, para o autor, constitui-se num elemento básico para a conformação do desenho urbano e deve ser o ponto de partida para o estabelecimento das funções e usos da cidade, determinando a imagem da futura comunidade. A regularidade ou a irregularidade devem ser incorporadas ao projeto de acordo com as condições do terreno e as necessidades dos habitantes. O urbanista deve deixar-se guiar por sua capacidade criativa e encontrar as sugestões na conformação do sítio, não dando preferência ao tratamento formal ou ao informal. Antes, deve conhecer o sentido e o valor de cada um desses tratamentos e saber estimar o seu uso dependendo dos casos que se lhe apresentarem. Assim, “ajudará a compreender a importância de integrar seu desenho ao terreno e a dispor seu esquema de traçado de forma que sirva como meio de harmonizar seus edifícios com a paisagem circundante”.(UNWIN, 1909, p. 105, tradução nossa).

Nelson Lewis (1916), no seu *The planning of the modern city*, que fazia parte do acervo de Vieira, destaca a importância de se adaptar o sistema de vias à topografia, gerando ruas charmosas e com grande senso de arranjo. Defende a necessidade de continuidade das

ruas por meio de conexões que não obstruam o movimento do trânsito, não significando um prolongamento em linha reta interminável.

No plano inicial de Maringá, verifica-se que o estudo do sítio foi considerado, na medida em que se observa o traçado das vias acompanhando as curvas de nível, adequando-se ao relevo por meio de curvaturas. As vias dos eixos principais ocupam os terrenos mais planos e altos, localizando-se em divisores de água de dois córregos. Estes têm a sua vegetação nativa preservada, originando dois bosques, no centro dos quais se insere a praça do chamado centro cívico. Nessa praça localizam-se a igreja matriz e outros edifícios públicos que reforçam a centralidade também por estarem no local mais alto do plano. O traçado regular desses espaços é marcante, no qual Vieira utiliza as formas clássicas.

Se observarmos as plantas da Cidade de Maringá [...] nos damos conta que suas áreas centrais são concebidas de modo clássico, sempre articulando, a partir de um eixo principal, a estação ferroviária com o centro cívico propriamente, junto ao qual vão se implantar os edifícios administrativos. Por outro lado, nesses projetos de Vieira, apesar de se levar em conta a movimentação do relevo, o traçado das ruas é feito conforme um desenho acentuadamente geométrico, que faz a concordância entre retas e curvas (ANDRADE *et alli*, 1999, p.27).



Os centros secundários obedecem à mesma lógica, buscando terrenos planos e altos para o eixo principal do bairro, bem como para sua praça central. Além disso, a existência de rotatórias viárias em terrenos mais planos revela o domínio formal do sítio por parte do urbanista.

Analisando a planimetria do terreno no qual se implanta a cidade, observa-se que o próprio sítio definiu os elementos estruturadores do plano (ver figura 1). O desenho urbano de Jorge

Macedo Vieira aproveitou-se das elevações para introduzir elementos de destaque, reservando e preservando a vegetação nativa nos locais onde as inclinações são mais íngremes e onde estão os córregos. Nas áreas planas, o desenho regular compõe as rotatórias e os centros de bairros. As rótulas funcionam como conexões, evitando a quebra de continuidade e os obstáculos nas ruas, de acordo com as recomendações de Lewis (1916).



Figura 2. Ante-projeto para a cidade de Maringá, de autoria de Jorge de Macedo Vieira, elaborado em meados da década de 1940. Acervo do Museu da Bacia do Paraná.

Outra ressonância em relação à importância do sítio na conformação do traçado de Maringá seria a formulada por Camillo Sitte. Segundo Andrade (2004), as ressonâncias de Sitte no Brasil podem ser analisadas por duas vertentes, a sanitária de Saturnino de Brito e as influências vinculadas à atuação de Barry Parker, em São Paulo, de 1917 a 1919. Vieira, de acordo com o autor, realiza a síntese dessas duas vertentes. Destacamos que Barry Parker e Vieira trabalharam no mesmo período na Companhia City. Andrade (2004, p. 7) assevera que “...a partir da publicação por Brito de seu *Notes sur le tracé sanitaire des villes*, em 1916, teremos uma maior difusão, entre os profissionais brasileiros que realizavam planos de saneamento ou de melhoramentos urbanos, das ideias sitteanas interpretadas por Brito”. Vieira possuía a edição de 1920 do *Boletim do Instituto de Engenharia*, na qual foi publicado o artigo “Notas sobre o traçado das ruas”. Na versão francesa, Andrade (1992), destaca que Brito considera fundamental a subordinação do traçado urbanístico às características

topográficas e aos acidentes naturais do sítio onde se implantaria a cidade, sendo o levantamento topográfico um dado básico e indispensável para a elaboração do plano urbano. Este, formulado de acordo com uma visão racionalizadora e tratando a cidade como um todo, deveria indicar, entre outros aspectos, "...a área a reservar para jardins e parques; os locais pitorescos a proteger contra as devastações e construções que os prejudiquem (...); os mananciais a reservar para o suprimento de água potável, evitando que se contaminem ou sejam desprotegidos pela devastação das matas" (BRITO *apud* ANDRADE, 1992, p. 213). A reserva das áreas dos dois parques centrais em Maringá, protegendo as nascentes dos córregos Moscados e Cleópatra, mostra algumas possibilidades de aproximações entre as recomendações de Brito e a concepção do plano por Vieira. O engenheiro considerou não só a conformação topográfica do sítio para o traçado urbanístico, como se preocupou em preservar a mata atlântica original nas margens dos córregos mencionados.

Do regular e do irregular

No plano de Vieira, verificamos a composição das vias procurando a adaptação ao relevo onde é possível, mas utilizando-se do traçado geométrico em diversos locais, principalmente no centro cívico.

Unwin (1909) diz que em termos compositivos as ruas retas têm seu efeito assegurado quando se trata da inclusão de um elemento ao fundo das mesmas, pois, embora se considere uma solução simples e banal, ela produz resultados bastante satisfatórios, além de ser o caminho mais curto de um ponto a outro. No entanto, as ruas curvas parecem revelar a preferência no discurso do autor ao defender as suas enormes vantagens, levando o leitor a considerar que seu uso seria mais atraente. Tais vantagens seriam os desvios, possíveis por meio das ruas curvas, evitando-se os ângulos bruscos; a melhor adaptação ao relevo; a conexão entre traçados distintos; a preservação de elementos de interesse e, por fim, a capacidade de propiciar uma imagem mutante levando a diferentes pontos de vista de agrupamentos distintos. A preferência do autor é justificada quando argumenta que raramente o terreno em que o traçado se inserirá será totalmente plano e sem obstáculos de qualquer natureza. Mas também menciona que as curvas podem ser tão regulares quanto as retas. Steinke (2002) analisa a influência de Unwin nesse aspecto, asseverando que para as áreas residenciais a referência ao subúrbio-jardim é evidente pela suavidade das ruas curvas pelas quais o trânsito desliza, a hierarquização viária, as praças que intercalam os cruzamentos, além de outros aspectos.

Encontramos ressonâncias das recomendações de Saturnino de Brito no plano de Maringá, já que é evidente a utilização do traçado retilíneo, porém não totalmente hipodâmico, ou seja, com todas as ruas cruzando-se rigorosamente em 90 graus. Vieira, apesar de utilizar-se do sistema ortogonal em vários trechos de seu traçado, opta também por vias circulares,

com grandes raios, e vias onduladas proporcionando diferentes perspectivas, renunciando ao retilíneo em muitos casos, principalmente na área do centro cívico e nos bairros residenciais.

Nesse caso podemos aproximar as referências de Brito ao que preconizou Camille Martin¹, que, apesar de considerar a beleza e os benefícios das sinuosidades das ruas antigas – que se adaptavam ao relevo e preservavam algum elemento importante da paisagem, como as cidades medievais –, destaca que “...as vias retas são necessárias, e muitas vezes provocam um efeito grandioso. O que nós condenamos é seu emprego mecânico, preconcebido, sem se atentar para a configuração do terreno nem para outras circunstâncias locais” (SITTE, 1992, p. 193). O autor sugere, então, que os construtores das cidades utilizem as vias retas e curvas na medida certa, de acordo com o relevo e as necessidades.

As recomendações de Unwin (1909, p. 106, tradução nossa) sobre o emprego do traçado regular ou irregular pelo urbanista, atentando para o fato de que “...deveremos ser inteligentes para evitar dogmatizar sobre as teorias...”, parecem ter sido bem assimiladas por Vieira, tanto na vertente de Martin quanto na de Unwin. Quando Vieira se refere à escolha do sítio para o projeto da cidade, comenta que “[Em] Maringá, o terreno foi esplendidamente escolhido. Era fácil, fácil de fazer o serviço lá” (VIEIRA, 1971).

O traçado irregular, que proporciona diferentes pontos de vista, é uma constante em Maringá. A sua concepção, juntamente com a arborização, causa surpresas e visões seriais agradáveis, tanto para os pedestres quanto para aqueles que utilizam veículos.

O anel externo

A cidade limitada e circunscrita em seu cinturão verde, estabelecendo com clareza a diferença entre cidade e campo, constitui a proposta de Howard proclamada posteriormente por Unwin, que faz alusão à antiga muralha vertical, atribuindo-lhe grande parte da beleza excepcional das cidades, do aproveitamento interno esmerado e do caráter pitoresco.

A muralha fortificada das cidades antigas, capaz de criar a almejada unidade interna, encontra uma utilização moderna tornando-se a muralha horizontal formada pelo cinturão de parques, campos de jogos ou terreno agrícola, conservando o ambiente natural e impedindo a junção dos núcleos urbanos (UNWIN, 1909).

O plano de Macedo deveria ter um cinturão de chácaras envolvendo a cidade, impedindo o crescimento da malha urbana e mantendo a população dentro dos limites desejados (STEINKE, 2002). No desenho não se verifica uma delimitação desse cinturão, o que nos leva a presumir que tal diretriz referiu-se a uma indicação. Assim, a muralha horizontal não cumpre o papel estabelecido por Howard e Unwin e a cidade cresceu aleatoriamente, descaracterizando, em sua ampliação, o rigor do traçado e da disposição do plano inicial.

O cinturão verde agrícola e de propriedade pública, que é o elemento principal da cidade mediada pelo campo segundo Howard, encontra em Maringá a sua versão empresarial, fazendo parte da estratégia de vendas de lotes rurais da Companhia. “Muitas dezenas de patrimônios – cerca de 80 – foram (...) demarcados, loteados e vendidos, obedecendo a um critério urbanístico dos mais modernos, que inclui, ao redor da zona urbana, um ‘cinturão verde’ dividido em pequenas chácaras destinadas ao abastecimento da cidade” (CMNP, 1977, p. 146). A expansão mais significativa para a área rural deu-se no início dos anos 1960, com o parcelamento da fazenda de propriedade de um dos técnicos da Companhia, a do topógrafo Alexandre Rasgulaeff (ver figura 3). O Jardim Alvorada foi parcelado em lotes com áreas menores que o padrão estabelecido no plano de Vieira e voltou-se para uma população de menor poder aquisitivo, que afluía para a cidade em consequência do êxodo rural. O exemplo da cidade de Adelaide, que Howard utiliza como exemplo para sua argumentação, e na qual a cidade “cresce saltando sobre os parques e estabelecendo a Adelaide do Norte” (HOWARD, 2002, p. 187), não se realiza em Maringá.

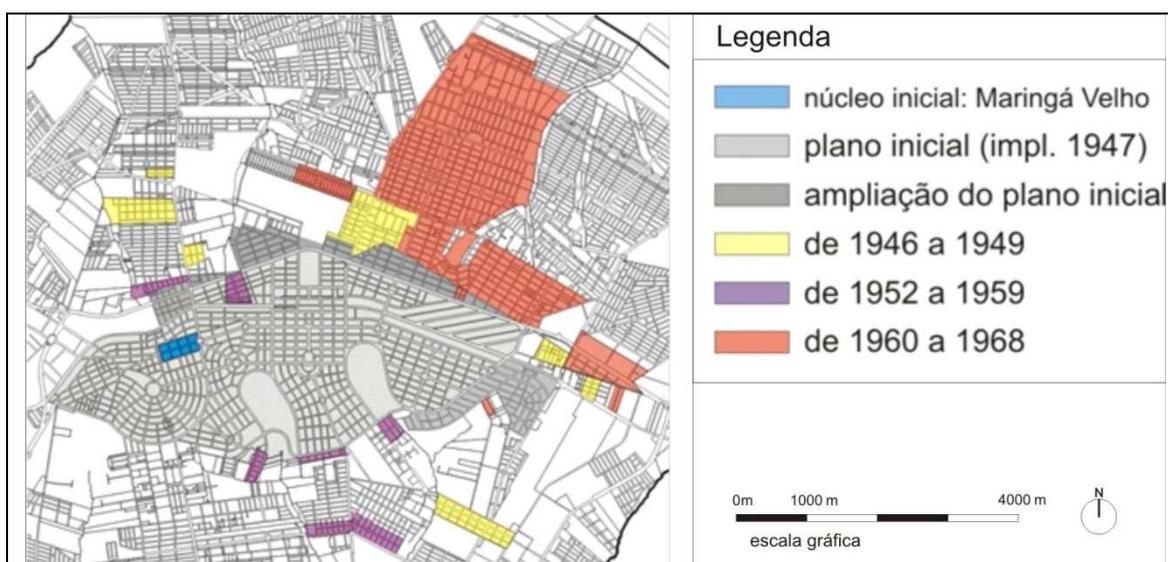


Figura 3. Evolução da cidade de Maringá até 1968. Elaborado pela autora, a partir de mapa base da PMM, 1999, e da listagem de aprovação de loteamentos fornecidos pela PMM, 2002.

As áreas verdes no plano de Maringá

Sitte critica dois elementos urbanos existentes nas concepções da época em que redigiu o seu livro *Der Städtebau*, a alameda e a *square*. No apêndice “O verde na metrópole”, o autor defende a existência de áreas verdes na cidade por motivos estéticos e sanitários, desaprovando a alameda retilínea e monótona e enfatizando as vantagens das árvores agrupadas em parques públicos. Segundo Sitte (1992, p. 167), “...A metrópole necessita dessas grandes superfícies não construídas e compostas por jardins, fontes e espelhos d’água, imprescindíveis para sua respiração, e por isso chamadas de pulmões (...) Sem

recorrer à natureza, a cidade seria um arcabouço fétido...”. No plano de Maringá, Vieira relaciona os dois parques que criou com o que Sitte recomenda. No seu depoimento, o engenheiro justifica que os parques “...seriam pulmões para a cidade. Como de fato eram. Por exemplo, Maringá não deve temer tanto a poluição como o resto do mundo, ela já tem dois pulmões. Deve ter uma área de, mais ou menos, trinta alqueires” (VIEIRA, 1971).

Vieira também incorpora inúmeras alamedas que, mais tarde, receberam um tratamento paisagístico peculiar, com diversas espécies arbóreas que compuseram uma complementação especial ao projeto inicial. Mesmo não indicando as espécies a serem plantadas nas avenidas, Vieira planejou vias suficientemente largas – e hierarquizadas – para comportarem um confortável canteiro central com dimensões que proporcionassem o cultivo saudável das espécies.

A *square* é o outro elemento urbano criticado por Sitte, pois não alcança os seus objetivos devido ao “padrão dos blocos do plano geométrico moderno” (SITTE, 1992, p. 177). O autor assevera que para criar uma *square* bastaria não construir em uma das quadras traçadas em forma de xadrez. Porém, para proporcionar o repouso e a tranquilidade aos usuários, somente os jardins que não contivessem ruas em todos os lados seriam recomendáveis. Contudo, o projeto de Maringá apresenta inúmeras *squares* da maneira reprovada por Sitte. Apesar da maioria das *squares* não ter sido construída – dando lugar a áreas parceladas para comercialização pela Companhia – as que foram propostas seguem o traçado retilíneo e estão entre quatro ruas. Muitas, inclusive, parecem ter sido planejadas no intuito de organizar o tráfego de veículos, indo na contramão do que preconizou Sitte.

Além da presença dos parques, outras áreas verdes aparecem no plano inicial. A área esportiva que se localiza logo depois do pátio de manobras da ferrovia, ao norte, onde hoje estão colocados o Estádio Willie Davis, o Ginásio Francisco Bueno Netto e, mais recentemente, a Vila Olímpica, foi planejada por Vieira para ter aproximadamente 15ha. Na época de implantação do plano, havia a proposta dos “campos de atletismo” necessários à saúde da população das cidades. Supõe-se que o que se pretendia era proporcionar a melhoria das condições de vida dos habitantes, tanto apreciando a beleza de um parque com características naturais, quanto realizando exercícios físicos como modo de manutenção da saúde física.

Segundo Andrade (1992, p. 217), a arborização de ruas e a criação de avenidas-parques são elementos importantes recomendados por Saturnino de Brito na configuração do traçado. “Brito proporá a implantação, em amplos canteiros entre as vias de tráfego, de edifícios públicos, como escolas, além de áreas para práticas desportivas e pequenos bosques, retomando, em menor escala, o desenho de Howard para a Grande Avenida de sua cidade-jardim”. Na planta de Maringá, notamos que há implantação de equipamentos nas avenidas que margeiam os parques, principalmente na avenida que limita a Zona 3, ou

Vila Operária. Não nos parece que a implantação de equipamentos nas avenidas que margeiam os dois principais parques tenha-se dado como uma das diretrizes do plano. Percebemos, no entanto, diversos pequenos espaços verdes ao longo das principais vias, interceptando-as ou dispondo-se às suas margens. Há espaços retangulares, triangulares e circulares que servem como rotatórias ou pequenos canteiros para conexões viárias. Destacamos que não há indicações de usos para esses espaços, salvo três locais destinados a igrejas, que são indicados com uma cruz. Para os equipamentos especificados e localizados em planta, há grandes espaços livres que sugerem usos voltados ao lazer e esporte no entorno imediato aos edifícios.

Os parques no centro principal

No centro principal de Maringá há o “belo jardim central” que Howard defende e que deveria ser cuidadosamente mantido, estabelecendo-se como um dos elementos fundamentais da cidade, estruturando as principais vias e abrigando os principais edifícios públicos em terrenos apropriados. O centro teria um núcleo circular de 2,2ha, aproximadamente, no qual estariam os edifícios públicos: “a sede da municipalidade, as principais salas para concerto e conferências, o teatro, a biblioteca, o museu, a galeria de arte e o hospital” (HOWARD, 2002, p. 115). Assim também se define o diagrama de Howard, o arranjo e a existência desse grande jardim de onde partem seis magníficos e largos bulevares que levariam aos limites extremos da cidade. O parque público de Howard deveria ser de fácil acesso a todos. Em uma área de 56ha dispor-se-iam as grandes áreas de recreação.

Os dois parques existentes em Maringá localizam-se na área central e prolongam-se para o sul do plano (ver figura 4).



Figura 4. Parques na concepção de Vieira. Acervo de Jorge de Macedo Vieira – DPH – PMSP

No início do eixo de simetria que divide os dois parques estabeleceu-se a área onde se inserem os edifícios públicos. Os parques têm a peculiaridade de se configurarem como testemunhos da paisagem que foi radicalmente transformada. Segundo as palavras de Vieira (1971): "...Eu projetei aqueles parques com os seguintes sentimentos: de mostrar às gerações que viessem depois, quando a cidade estivesse construída, o que era Maringá antes da cidade. Era uma mata virgem..."

Frederick Law Olmsted, no seu artigo-conferência *Public parks and the enlargement of towns*, de 1870, defende a necessidade de espaços de recreação e os classifica em dois tipos, conceituando-os de acordo com as atividades que devem acomodar. O primeiro tipo seria destinado ao público ativo, ou seja, que se exercita praticando jogos e esportes. O segundo tipo, destinado a um grupo receptor, seria constituído por atividades relacionadas ao teatro, música e festivais. Os dois tipos deveriam combinar-se para proporcionar a recreação (VALDIVIA, 2004).

Nelson Lewis (1916), ao discutir sobre a necessidade de áreas verdes nas cidades modernas, argumenta que os parques devem ser propostos considerando-se a topografia da área onde se implantariam. O autor define três estágios/tipos de parques, quais sejam: parques selvagens, em que as condições naturais são mantidas e não existe nenhuma forma de intervenção; parques feitos por meio de resquícios de condições naturais existentes, com pouca interferência; e parques construídos. Qualquer que seja o tipo, na concepção de Lewis, um parque pode passar por esses três estágios.

Os tipos e estágios apresentados por Lewis aproximam-se mais do plano de Vieira do que o conjunto hierarquizado do sistema de parques exposto por Jean Claude Nicolas Forestier em seu *Grandes villes et systèmes de parcs*, de 1908. Embora Lewis possa ter sido influenciado por Forestier, os sete elementos configuradores do sistema de parques ultrapassam em complexidade a proposta de Vieira. Mas podemos relacionar o elemento de maior envergadura, segundo Forestier, "as grandes reservas e as paisagens protegidas", aos parques de Maringá, pois, assim como estes, aqueles foram propostos como espaços naturais com vistas à conservação e manutenção do seu estado original. Outros elementos, como os parques suburbanos e os grandes parques não foram contemplados por Vieira. Já os pequenos parques e os parques de bairro, as áreas de recreação, os jardins de infância e as avenidas-parques podem ter ressonâncias no plano de Maringá, por serem elementos utilizados por Vieira na configuração do plano e terem semelhança com os conceitos de Forestier. As avenidas-parques, para Forestier, "são muito variadas em sua ornamentação vegetal, e são essenciais em um sistema de parques porque devem permitir um caminho ininterrupto" (VALDIVIA, 2004, p. 380, tradução nossa).

Considerando a definição de Lewis (1916), é possível avaliar que os dois parques desenhados por Vieira no plano inicial foram concebidos para serem do segundo tipo, como

nos já nos referimos, a parques feitos por meio de resquícios de condições naturais existentes, com pouca interferência. Lembramos que o próprio Vieira afirma a sua preocupação em mostrar as condições naturais existentes na área em que a cidade foi implantada, proporcionando a melhoria da qualidade do ar com a presença da área verde.

Andrade e Cordovil (2008a) avaliam que

A presença no plano de Maringá, e hoje marca peculiar da área central da cidade, de dois parques que conservam a mata atlântica original, não apenas conferem modernidade à paisagem urbana e contribuem para uma melhora da qualidade ambiental na área central, mas também permitem, como assim intencionava o Eng. Vieira, revelar a floresta que ocupava o sítio antes de a cidade se implantar. Os parques de Maringá se constituem como testemunhos de uma paisagem que foi radicalmente transformada ou civilizada, conforme uma forte ideologia modernizadora. Maringá garante com seus parques, mas também com a possibilidade de em seu traçado se reconhecer a topografia local, a sobrevivência do *genius loci*, ou a alma do lugar de seu sítio original.

Outra questão relevante nas recomendações de Lewis (1916) é a inserção dos parques ao sistema de ruas para que haja uma inter-relação entre eles e as vias, evitando assim que se constituam em obstáculos à fluidez da circulação. Olmsted (*apud* VALDIVIA, 2004) também defende a necessidade de maior espaço para as ruas, que deveriam ser arborizadas, e recomenda que os parques tenham braços radiais com grande largura (80m a 150m), que poderiam converter-se em passeios e bulevares conectados entre si para que todos tenham acesso rapidamente a essas áreas verdes.

Em Maringá, as *parkways* são ruas arborizadas que margeiam os dois parques e estabelecem a integração entre eles e o sistema de circulação, proporcionando a ligação com os centros e subcentros e com as saídas principais da cidade. Porém, apesar de os dois parques estarem absolutamente interligados ao sistema de circulação, não poderíamos afirmar que a ideia do planejador tenha sido definir um sistema de parques conforme recomenda Lewis (1916).

Stein, Perry e a unidade de vizinhança

Incorporamos as “Indicações para o futuro” de Clarence Stein e a concepção de Clarence Perry para a unidade de vizinhança na breve análise que procedemos sobre as aproximações do plano de Jorge de Macedo Vieira às concepções teóricas do ideário da cidade-jardim, de Unwin, bem como às recomendações de Hegemann para o centro cívico. Abordamos, também, algumas características do plano de Goiânia, especialmente no que se refere às diretrizes para a composição do centro administrativo.

Clarence Perry, em *Neighborhood and community planning*, de 1929, explica que o princípio da unidade de vizinhança considera o bairro urbano como uma unidade distinta, mas fazendo parte de um todo maior. Para Perry, as comunidades têm necessidades básicas semelhantes, que podem ser classificadas em quatro tipos: a escola elementar, os pequenos parques e *playgrounds*, o comércio local e o ambiente residencial. Os princípios da unidade de vizinhança são: o tamanho; os limites nos quais as vias arteriais cumprem um papel importante; os espaços abertos com sistema de parques e espaços recreativos; os lugares para instituições como as escolas, entre outras, agrupadas num ponto central comum; os mercados locais adequados à população a que servem e dispostos na circunferência da unidade, preferivelmente em junções de tráfego e adjacentes a distritos semelhantes do bairro contíguo; e o sistema interno de ruas, que deve ser planejado no todo, sendo proporcional ao seu uso, promovendo a circulação interna e desencorajando o tráfego intenso na unidade.

O conceito de *neighbourhood unit* formula propostas para melhorar os métodos de traçado e a subdivisão dos terrenos, e caracteriza-se física e funcionalmente como unidade urbana que facilita a existência de uma verdadeira comunidade vicinal. Para isso, é necessário que se incluam um centro escolar, espaço de parques e comércios locais, proporcionando um entorno residencial. Realiza-se um atento exame para identificar as condições necessárias de tamanho, limites, traçado e equipamentos (STEIN, 1951).

O maior interesse do conceito de *neighbourhood unit* relaciona-se ao seu uso flexível. Trata-se de entender a necessidade de se propor unidades intermediárias entre cidade e residência, dotando-as de uma caracterização física e arquitetônica na qual a comunidade que a habita possa reconhecer-se (VALDIVIA, 2004).

Em suas "Indicações para o futuro", Clarence Stein, em seu livro *Toward new towns for America*, de 1951, afirma que, apesar das diferenças em relação ao tipo de incorporador das cidades novas (se serão construídas para aluguel ou venda, por corporações privadas, fundações ou pelo governo federal para grupos de rendas diversas), as cidades devem ter um objetivo comum e um mesmo espírito de concepção para os projetos. Considera como guias de planejamento o ideário *garden city* de Howard, a concepção da unidade de vizinhança de Clarence Perry e o conceito de Radburn, apesar de esta última ter influências diretas dos dois primeiros.

Para Stein (1951), construir novas cidades significa propor novos projetos e diferentes arranjos geográficos, nos quais haveria a presença do cinturão verde, dos parques no interior dos blocos, da vizinhança, dos superblocos, dos centros comunitários e da separação de circulação entre pedestres e veículos.

Assim, analisamos o centro principal, o papel dos parques nesse centro, e os centros secundários no plano inicial de Maringá, no intuito de verificar os elementos consoantes com

as recomendações de Stein e Perry e os que refletem as concepções de Howard, de Unwin e de Lewis.

Centro principal: o centro cívico

Unwin (1909) diz que, para as cidades se tornarem suficientemente legíveis para os seus moradores e visitantes, devem gerar centros bem-definidos, criando a hierarquização dos espaços e dos seus edifícios. O centro principal é definidor da estrutura urbana onde estão agrupados os edifícios dos poderes públicos ou seus correlatos. Os centros secundários devem existir em maior número e se localizar em diversos segmentos da estrutura urbana geral, exercendo o efeito central; porém, numa escala menor, neles deveriam existir centros educativos, escolas de artes, ginásios, escolas técnicas, campos de jogos etc., suficientemente aproximados para incrementarem-se mutuamente.

O autor recomenda também que, sendo focos da vida pública comunitária, devem agir como pontos focais nas diretrizes mais importantes do tráfego ou se localizar muito próximos a eles.

Em Maringá, a praça central segue a opinião de Unwin, pois se coloca de uma forma definidora e marcante na estrutura urbana geral. Ao marcar a centralidade dos eixos viários, divide o desenho urbano sugerindo também o seu eixo de simetria. Além disso, tanto a praça central quanto o eixo central transversal à via férrea localizam-se num divisor de águas, sendo o local mais elevado e plano do sítio. Novamente se observa nesse ponto a impregnação das ideias de Unwin quando este recomenda que o centro principal, além de estar relacionado com a entrada principal e as principais linhas de tráfego, deve ter os seus edifícios destacados na paisagem e, para tanto, a localização no cume de uma colina seria o mais recomendável.

Lewis (1916) considera que os prédios públicos não são apenas aqueles usados com atividades públicas, como escolas, museus, bibliotecas, mas também os monumentos e as pontes. Na definição do autor, o conceito de prédio público abarcaria as construções efetivamente empreendidas pelo governo, bem como construções particulares de função pública, como os hospitais. Por centro cívico o autor denomina a área da cidade em que haja concentração ou conjunto de prédios públicos. Na maioria das cidades americanas, grandes e pequenas, Lewis (1916) destaca que, apesar da preocupação em definirem-se áreas para os centros cívicos, nem sempre são efetivadas. O autor adverte que os monumentos e prédios públicos, como os terminais, devem ser inseridos sem que haja quebra dos eixos definidos pelo sistema de ruas.

No caso de Maringá, houve a definição do centro cívico com um conjunto de prédios públicos no final do eixo que partia da estação ferroviária. Nesse espaço localizaram-se a Prefeitura, os Correios, a Catedral, a Receita Federal e o INSS. Porém edifícios particulares,

como um hotel e outros prédios comerciais e residenciais, inseriram-se naquele espaço. Além do mais, outros edifícios de função pública, como a Câmara Municipal e a biblioteca pública implantaram-se nas quadras adjacentes, todavia fora da demarcação feita por Vieira. E vários prédios com funções comerciais e residenciais estão no entorno do centro cívico, descaracterizando um pouco a ideia que Lewis preconizou. No conjunto do plano, destacamos que Vieira propõe uma série de prédios públicos, como escolas e hospitais, nos centros secundários.

Sobre o centro administrativo, relacionamos o projeto urbanístico de Goiânia, cujo primeiro traçado foi feito por Attílio Corrêa Lima e o segundo por Armando de Godoy, em 1933 e 1936 respectivamente. O projeto considera a topografia para a localização do centro administrativo, entre outras funções da capital. Segundo Leme (1999, p. 226), "...os dois urbanistas dominavam os conhecimentos teóricos e técnicos indispensáveis para a concepção de uma cidade moderna naquele período". De acordo com Maciel (1996), no primeiro plano houve a preocupação em adaptar o traçado à configuração do terreno para adequar ao tráfego, ao zoneamento, à drenagem de águas pluviais e ao esgotamento sanitário por gravidade.

Além de tais considerações técnicas, Corrêa Lima incorporou a estética no intuito de alcançar o efeito simbólico, a partir da valorização do centro administrativo, fundamental para a nova capital de Goiás.

Apesar de Maringá não ter sido criada para exercer função administrativa, como a capital do estado de Goiás, o centro cívico conforma-se num eixo de perspectiva a partir da praça principal da cidade, a que se localiza defronte à estação ferroviária. O eixo criado desta ao centro cívico, muito longe de ter a monumentalidade de Versalhes ou Washington, não foi planejado para ser visto de vários pontos da cidade, como em Goiânia; deveria, no entanto, ser visto por quem chegasse nela e, estando no centro do plano e diretamente ligado à estação ferroviária pelo eixo principal, deveria ser de fácil apreensão e acessível aos moradores e visitantes.

Outras aproximações pertinentes do plano de Goiânia com o de Maringá relacionam-se ao zoneamento, às praças de circulação viária, ao centro esportivo, às *parkways* e à grande quantidade de áreas livres destinadas ao lazer e ao descanso.

O centro cívico de Maringá merece destaque não apenas por sua localização no plano, seguindo as recomendações de diversos urbanistas que preconizavam a cidade moderna na época em que Vieira atuou, mas por sua forma e disposição arquitetônica. Em sua biblioteca particular, o engenheiro contava com o título *City Planning House, de Werner Hegemann*. Este autor, em seu livro *American Vitruvius*, de 1922, escrito com Elbert S. Peets, ao analisar o conceito de "centro cívico", ressalta a necessidade da unidade de estilo, "especialmente o valor da ideia projetual unitária e completa" (VALDIVIA, 2004, p. 453,

tradução nossa). Para Hegemann e Peets, os edifícios contribuiriam para formular efeitos de perspectiva, sensações de estreitamento e alargamento utilizando-se das concavidades e convexidades produzidas pelas formas arquitetônicas. Por isso, o estudo feito para o centro cívico do plano de Vieira merece destaque. A disposição dos edifícios modifica-se da primeira proposta para a última e, entre elas, encontramos croquis que sugerem uma elaboração mais cuidadosa da composição do espaço em questão.

As figuras 5, 6 e 7 mostram as formulações feitas para o centro cívico de Maringá, com o conjunto de edifícios públicos côncavos e convexos formando a composição da praça central, proporcionando a sensação de fechamento do espaço urbano, conforme preconiza Hegemann, que tem em Sitte o seu predecessor na defesa da necessidade do fechamento dos espaços. Hegemann indica em *American Vitruvius* que “a praça radial é considerada aceitável sempre que sejam adequadas às vistas que se tenham a partir de cada uma das ruas que desembocam na praça” (VALDIVIA, 2004, p. 452, tradução nossa). A combinação de formas côncavas e convexas e de ângulos retos dos edifícios públicos do centro cívico de Maringá demonstra a variedade das concepções teóricas que influenciaram Vieira.

<p>Figura 5. Trecho da primeira proposta apresentando o centro cívico, com os edifícios públicos, a igreja e a estação rodoviária. Acervo do Museu da Bacia do Paraná.</p>	<p>Figura 6. Trecho de uma das plantas encontradas, apresentando os croquis desenhados no canto superior esquerdo. Estudo da composição arquitetônica. Acervo do Museu da Bacia do Paraná.</p>	<p>Figura 7. Trecho da definitiva apresentando a composição final do centro cívico, com a retirada da estação rodoviária. Acervo de Jorge de Macedo Vieira em consignação do DPH/PMSP.</p>

Porém é marcante o pragmatismo do engenheiro, matizando as diversas concepções da cidade moderna em voga e incorporando-as ao caráter essencialmente prático das suas propostas.

Centros secundários

Na proposta de Clarence Perry (1929) para a unidade de vizinhança, uma área residencial deve proporcionar relações harmoniosas, estimulando a segurança e uma vida comunitária. A ideia era distribuir áreas de moradias e serviços, criando um foco central para a comunidade exercida pela escola.

No plano de Vieira observamos a indicação de escolas vinculadas ou não a parques infantis, internatos de meninas e meninos dispostos separadamente, institutos profissionais e colégios. As unidades de vizinhança no plano de Maringá são definidas pelas zonas que dispõem de um conjunto de equipamentos para atender a determinada população do bairro que se delimita pelo sistema viário.

Nesses centros secundários, observamos a constituição de vários equipamentos destinados à educação e ao esporte, distribuídos em vários locais do plano de Vieira, marcando a centralidade de determinadas zonas. Os equipamentos educacionais e esportivos seguem a lógica de localização equidistante relacionada ao seu raio de abrangência. Essa configuração está em consonância tanto com a proposta de Perry para as unidades de vizinhança como com a de Unwin. Os equipamentos do plano de Vieira são os centros educativos, como escolas, internatos, institutos profissionais e campo de esporte. O comércio localiza-se no centro da zona, na via principal que liga o bairro ao restante da cidade.

Ainda relacionado ao que Unwin denomina centro secundário e ao que Perry define por unidade de vizinhança, convém destacar o eixo formado pela atual igreja de São José Operário, localizada na Vila Operária (ver figura 8). A igreja marca um ponto focal e uma diretriz de tráfego, estando à beira de uma importante via que se conecta ao eixo central transversal à via férrea e à estação ferroviária. Perpendicularmente a essa via (a Avenida Brasil), forma-se um eixo secundário e de centralidade para a Vila Operária, a partir da igreja, com edifícios comerciais localizados ao redor de uma rótula, marcando mais um ponto focal e de atividades no centro do eixo formado. Este recebe, no seu final, mais uma rótula com jardim e tem como limite o Parque do Ingá e sua *parkway*. Esta leva à distribuição periférica do bairro e liga-se à Avenida Brasil e, também, a uma das saídas da cidade.

Enquanto a Vila Operária tem na igreja a marcação de seu centro secundário, no seu lado oposto em relação ao plano, ou seja, no lado oeste, a Zona 5, o centro secundário encontra-se marcado por um belo parque da espécie arbórea denominada grevíleas, chamado Bosque das Grevíleas (ver figura 9). Seu traçado conforma-se com as curvas de nível e configura-se como importante local de reunião comunitária, sendo muito utilizado para encontros, passeios e caminhadas. O acesso dá-se diretamente pelas vias que atravessam longitudinalmente o plano, no sentido leste-oeste. Quanto às atividades atribuídas a esse centro secundário, verificamos que inicialmente se previu uma igreja, a

estação de rádio e o reservatório de água; já na segunda proposta apresentada por Vieira (ver figura 2) há somente a indicação da igreja. Porém, atualmente, há uma série de antenas de transmissão situando-se, logicamente, no lugar mais alto do sítio, além do reservatório de água, que foi construído em meados da década de 1970.

Manteve-se, então, a indicação de Vieira para a função de transmissão contida na primeira proposta apresentada por ele, mas eliminou-se a função da igreja, que, no entanto, localizou-se nas proximidades da rotatória.

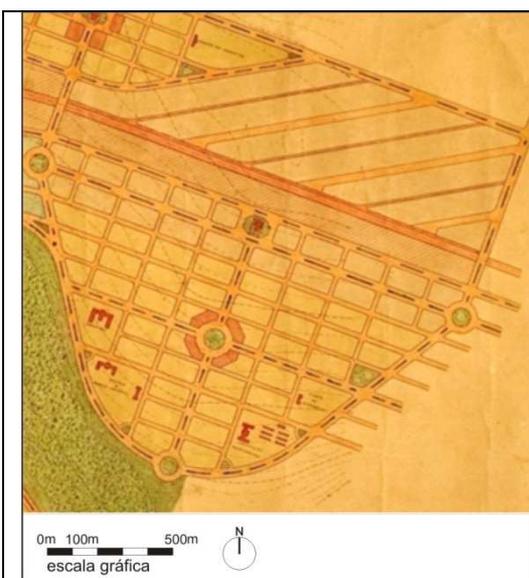


Figura 8. Zona 3, ou Vila Operária, como unidade de vizinhança ou centro secundário. Acervo de Jorge de Macedo Vieira – DPH – PMSP.



Figura 9. Zona 5, como unidade de vizinhança ou centro secundário. Acervo de Jorge de Macedo Vieira – DPH – PMSP.

Considerações finais

O projeto de Vieira criou uma paisagem moderna em um local sem outros atrativos naturais, além da mata e dos córregos, e situações topográficas que possibilitassem a variedade de situações pitorescas, como limites, barreiras, pontos de referência e outros elementos formados naturalmente e que proporcionassem a diversidade da paisagem. Os parques, as praças e o traçado das ruas cumprem esse papel em um local onde a paisagem, retirada a mata atlântica, seria de difícil variação e alteração.

É possível continuar estabelecendo e aprofundando as relações entre o plano de Maringá e as propostas dos demais urbanistas que faziam parte tanto dos títulos encontrados na biblioteca particular de Vieira como de suas relações profissionais e pessoais, os quais, certamente, exerceram influência nos seus projetos. A intenção da breve análise que

expusemos foi marcar e desvendar o hibridismo das concepções teóricas que embasaram a proposta de Vieira.

As ressonâncias das concepções de cidade moderna que observamos no plano de Maringá nos propiciaram constatar que o plano ganhou legitimidade. Embasado nas mais modernas técnicas urbanísticas – e aprovado por engenheiros, arquitetos e urbanistas renomados, antenados com tantas publicações e realizações que constituíam as discussões da época –, o plano dificilmente poderia ser questionado em relação à sua qualidade.

¹ Na tradução francesa do original alemão de *Der Städtebau*, de Camillo Sitte, Camille Martin insere o capítulo “Ruas”, de sua autoria.

Bibliografia

ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro; CORDOVIL, Fabíola Castelo de Souza. A cidade de Maringá, PR. O plano inicial e as “requalificações urbanas”. **Scripta Nova**. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2008a, v. XII, n. 270 (53). Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-270/sn-270-53.htm>>. Acesso em: 01 ago 2008.

ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de; CORDOVIL, Fabíola Castelo de Souza. O projeto moderno e a transformação da paisagem: a cidade de Maringá no noroeste paranaense. In: SEMINÁRIO APEC. La producción del conocimiento y los desafíos (in) sostenibles del mundo contemporáneo, XIII, 2008, Barcelona. **Anais do XIII Seminário Apec**. Barcelona: APEC, 2008b. p. 47-56.

ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro. Ressonâncias sitteanas no urbanismo brasileiro. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA URBANA, I, 2004, Agudos. **Anais...Agudos**, São Paulo: FAAC-UNESP. 1 CD-ROM.

ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro *et alli*. O urbanismo do engenheiro Jorge de Macedo Vieira. **Catálogo da Exposição**. IV Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo, São Paulo, 1999.

ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro. **A peste e o plano**. O urbanismo sanitário do Eng^o Saturnino de Brito. 1992. 281f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

BONFATO, Antonio Carlos. **Macedo Vieira**: ressonâncias do modelo cidade-jardim. São Paulo: Editora Senac, 2008.

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ – CMNP. **Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná**. Publicação comemorativa dos 50 anos da CMNP. São Paulo, 1977.

CORDOVIL, Fabíola Castelo de Souza. **A Aventura Planejada**: engenharia e urbanismo na construção de Maringá, PR, 1947-1982. 2010. 652f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010.

HALL, Peter. **Cidades do amanhã**. Uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX. São Paulo: Perspectiva, 2002.

HEGEMANN, Werner. **City Planning Housing**. A graphic review of civic art. 1922-1937. Volume III. New York: Architectural Book Publishing Company, 1938.

HOWARD, Ebenezer. **Cidades-jardins de amanhã**. Introdução de Dácio Ottoni. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

LEME, Maria Cristina da Silva (coord). **Urbanismo no Brasil – 1895 – 1965**. São Paulo: Studio Nobel; FAUUSP; FUPAM, 1999.

LEWIS, Nelson P. **The planning of the modern city** – a review of the principles governing city planning. New York: John Wiley & sons, 1916.

MACIEL, Dulce Portilho. Goiânia (1933-1963): a cidade planejada! In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, IV, 1996, Rio de Janeiro. **Anais SHCU 1990 - 2008**. Recife: UFPE, 2008. 1 CD-ROM.

PERRY, Clarence A. The neighborhood unit. In: **Regional Plan of New York and its environs**. Regional Survey. v. VII. Neighborhood and Community Planning. New York, 1929.

REGO, Renato Leão. O desenho urbano de Maringá e a idéia de cidade-jardim. **Acta Scientiarum**. Maringá, v. 23, n.6, p. 1569-1577, 2001.

SITTE, Camillo. **A construção das cidades segundo seus princípios artísticos**. São Paulo: Ática, 1992.

STEIN, Clarence. Indications for the future. In: STEIN, C. **Toward new towns for America**. Chicago e Illinois, The University Press of Liverpool, Public Administration Service.

STEINKE, Rosana Zanete. **Ruas curvas versus ruas retas na história das cidades**, três projetos do Eng. Jorge de Macedo Vieira. 2002. 292f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, 2002.

UNWIN, Raymond 1984. **La práctica del urbanismo** – una introducción al arte de proyectar ciudades y barrios. Barcelona: Gustavo Gili, 1909.

VALDIVIA, José Luque. **Constructores de la ciudad contemporánea**. Aproximación disciplinar a través de los textos. Madrid: Cie Inversiones Editoriales-Dossat, 2004.

VIEIRA, Jorge de Macedo. **Jorge de Macedo Vieira**: depoimento [23 out. 1971]. Entrevistadores: Equipe do Serviço de Recursos Áudio-Visuais da Secretaria da Educação e Cultura de Maringá. Maringá: Prefeitura do Município, 1971. 1 cassete sonoro.